



Número: **0000085-08.2019.8.17.3320**

Classe: **OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de São José da Coroa Grande**

Última distribuição : **03/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 5.062,65**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes   |                    | Procurador/Terceiro vinculado   |                |
|--|--------------------|---|----------------|
| JAILTON DOS SANTOS SANTANA (REPRESENTANTE)             |                    | MARIA ANDREZA DE LIMA VASCONCELOS SILVA (ADVOGADO)<br>JEIMISON JOSE NERI DE LYRA (ADVOGADO) |                |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU) |                    | RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)  |                |
| TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (RÉU)              |                    | RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)  |                |
| IEDO COELHO LIMA (PERITO)                              |                    |   |                |
| Documentos   |                    |   |                |
| Id.  | Data da Assinatura | Documento   | Tipo           |
| 58084307   | 17/02/2020 14:40   | <a href="#">Embargos de Declaração - Sentença DPVAT Dr. Iedo</a>                            | Petição em PDF |

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DA  
COROA GRANDE - PE

PROCESSO Nº 0000085-08.2019.8.17.3320

AUTOR: JAILTON DOS SANTOS SANTANA

RÉ: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT E  
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.

**JAILTON DOS SANTOS SANTANA**, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seus procuradores e advogados, vem, respeitosamente, à elevada presença de Vossa Excelência, apresentar **EMBARGOS DECLARATÓRIOS**, pelos motivos que seguem:

**DO ERRO E OMISSÃO QUANTO A IMPUGNAÇÃO DO LAUDO PERICIAL**

O Meritíssimo Juiz, não verificou que não houve intimação para as partes manifestarem sobre o laudo pericial.

Na r.r sentença este MM Juízo dispõe:

“Perícia médica realizada por meio do Id.50239298, sem pedidos de esclarecimentos pelas partes.”

O que deve ser sanado, evitando uma futura ação anulatória por vício.

**Inclusive- a sentença não verificou a possibilidade dos danos sumirem pela demora na prestação jurisdicional, uma vez que o acidente ocorreu em 12 de setembro de 2018, e a perícia 03 de setembro de 2019.**

Ademais a sentença faltou elementos essenciais como relatório, fundamentação/conclusão e dispositivo, conforme inteligência do Artigo 489 do NCPC.



Observa-se ainda, que o laudo pericial, está revestido de vícios, pois não possui as marcações dos quesitos e conclusão fundamentada. Segue orientação do TJ/PE:

*“O perito para a elaboração de seu laudo deve responder às seguintes perguntas:*

- *Houve acidente de trânsito?*
- *Este acidente determinou lesões no requerente?*
- *Estas lesões evoluíram para a cura ou para quadro sequelar?*
- *Há dano permanente no periciando?*
- *Há nexo de causalidade entre o dano permanente e o acidente de trânsito informado em inicial?*

*Ele deve utilizar a anamnese, o exame clínico, a análise dos documentos médico-legais acostados, e principalmente o conhecimento da biomecânica e fisiopatologia das lesões, para responder a essas perguntas. Há ainda a aplicação de critérios médicos periciais que serão descritos a seguir”.*

**Ocorre que não foi feito pelo Médico Dr. Iedo, partindo da premissa que o mesmo não possui qualificação, curso de perito é apenas um médico da comarca.**

Por fim, a sentença não observou que o autor é beneficiário da justiça gratuita e condenou ao pagamento das custas e honorários.

**ISSO POSTO**, requer se digne Vossa Excelência, acolher os presentes EMBARGOS DECLARATÓRIOS e julgá-los procedentes, nos termos em que postulados, por forma de inteira justiça.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Recife, PE, 17 de fevereiro de 2020.

**Jeimison José Néri de Lyra**

**Maria Andreza L. Vasconcelos Lyra**

**OAB/PE Nº 27.340**

**OAB/PE 30.619**

